

Subcomissão debate novas garantias

O mandado de segurança coletivo, a iniciativa popular de lei, o Defensor do Povo, o plebiscito para matérias especialmente relevantes para a população e o tribunal constitucional: estas são algumas das propostas de um esboço apresentado à Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, pelo relator, deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), como ponto de partida para as discussões.

Pela proposta, o mandado de segurança coletivo, para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus, pode ser impetrado por partidos políticos, organizações sindicais, órgãos fiscalizadores do exercício de profissão, associações de classe e associações legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano, na defesa dos interesses de seus membros ou associados. Para a apresentação de projeto de lei, a sugestão exige a assinatura de 100 mil cidadãos, e na hipótese de a proposição ser rejeitada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, haverá um referendo.

A idéia inicial de Friedrich é a de que nenhuma

decisão em matéria especialmente relevante para o povo poderá ser tomada sem que seja aprovada pelos cidadãos em plebiscito. O relator propõe também a possibilidade de uma lei revogada pelo Poder Público ser submetida a referendo popular, por solicitação de 500 mil cidadãos, e de uma lei ser submetida a referendo popular por solicitação de dois terços dos membros da Câmara ou do Senado, ou de 500 mil cidadãos, até três meses a partir de sua publicação.

O Defensor do Povo, de acordo com o esboço, será designado pelo Congresso Nacional e terá mandato de dois anos, podendo ser reconduzido uma só vez. Ele deverá velar pelo cumprimento da Constituição, das leis e normas por parte da administração, proteger o indivíduo contra ações ou omissões lesivas a seus interesses e atribuídas a titular ou responsável por cargo ou função pública, e zelar pela celeridade e racionalização dos processos administrativos. Deverá ainda criticar e censurar atos da administração pública e recomendar correções e melhoria do serviço público.